

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, COM O PASSO A PASSO DO ETP PARA COMPRAS E SERVIÇOS

NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E NO
REGIME DAS ESTATAIS

AO VIVO

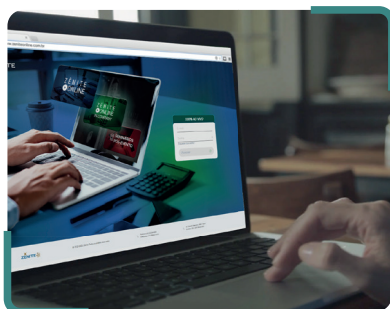


**02 a 04
de setembro**

O Curso

O Plano de Contratações Anual (PCA), instrumento de governança, e o estudo técnico preliminar (ETP), documento da fase preparatória, são duas novidades previstas na nova Lei de Licitações. O primeiro oferece uma visão mais coordenada e estratégica das contratações; e o segundo permite mais assertividade nas escolhas do planejamento.

O PCA é regulamentado pelo Decreto nº 10.947/2022, e o ETP, pela IN nº 58/2022. São dois instrumentos fundamentais para a eficiência das contratações. Ainda que não previstos expressamente na Lei nº 13.303/2016, o PCA e o ETP podem e devem ser elaborados pelas estatais.



A elaboração do ETP tem gerado muitas dúvidas. Afinal, qual a importância e o conteúdo do ETP? O que precisa ser levantado no mercado, quais os cuidados e como instruir o processo? Como construir um ETP seguro e eficaz? O ETP pode ser dispensado? Essas e outras questões serão enfrentadas neste curso, com a apresentação do passo a passo do conteúdo do ETP, a análise de modelos e a resolução de casos concretos, sempre considerando as recomendações do TCU.

Todo o conteúdo será apresentado conforme o regime da nova Lei de Licitações, o regime de contratações das empresas estatais, o Decreto nº 10.947/2022 e a IN nº 58/2022.

Garanta já sua vaga para planejar contratações de sucesso!

Motivos para participar deste Seminário

Dominar o conteúdo e os requisitos do PCA e do ETP para compras e serviços, considerando os regimes da nova Lei de Licitações, da Lei das Estatais e dos normativos que regulam o tema, em especial o Decreto nº 10.947/2022 e a IN nº 58/2022.

Conhecer os levantamentos, as decisões e as instruções imprescindíveis para a elaboração do ETP.

Acompanhar o passo a passo para a elaboração do ETP para compras e serviços, com casos, exemplos, modelos e boas práticas.

Compreender os principais entendimentos do TCU e do Judiciário sobre o tema.

Discutir e estudar com especialistas sobre o tema.



Diferenciais do Zênite Online:

Plataforma própria Zênite para realização do curso

Aulas 100% ao vivo

Replays disponíveis por 7 dias

Metodologia que permite troca de conhecimento, enfoque aplicado e uso da tecnologia

Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Professores especializados

Quem deve participar?



Profissionais das áreas requisitantes



Equipe de planejamento e do Departamento de compras e licitações



Pregoeiros e equipes de apoio



Agentes de contratação



Membros de comissões de licitação



Assessores, procuradores jurídicos e advogados



Auditores



Controles interno e externo



Agentes públicos envolvidos na fase preparatória/planejamento de compras e serviços

Agenda



Realização

02 a 04 de setembro
2024



Carga Horária

12 horas



Horários

14h às 18h

As aulas terão duração diária de 4h, sendo proximadamente 3h de apresentação, intervalos e até 1h para responder perguntas.



Replay

As aulas poderão ser assistidas por até
7 dias após sua realização



REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Conheça os professores



José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência; e Presidente de Comissões Especiais Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Programa completo



Aula 1

Dia 02 de Setembro, das 14h às 18h

Professor: José Anacleto Abduch Santos

GOVERNANÇA E SEUS INSTRUMENTOS, COM DESTAQUE PARA O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

- ▶ Governança das contratações no regime da Lei nº 13.303/2016 e na Lei nº 14.133/2021 – Responsabilidade da alta administração
- ▶ Planejamento estratégico
- ▶ Plano de Logística Sustentável (PLS)
- ▶ Plano de Contratações Anual (PCA) – Decreto nº 10.947/2022, Portaria Seges/ME nº 8.678/2021 e Resolução CGPAR nº 45/2022
 - PCA na Administração em geral e nas estatais federais e o papel do Regulamento para as estatais
 - O que é o PCA?
 - Quais os objetivos do PCA?
 - Quem é responsável pela sua elaboração?
 - Quando deve ser elaborado?
 - Qual o conteúdo?
 - Qual o fluxo de elaboração, consolidação e aprovação?
 - Onde publicar?
 - O PCA pode ser dispensado?
 - O PCA pode ser revisado e alterado?
 - Como proceder se uma contratação não foi prevista no PCA?
- ▶ As três fases do processo de contratação pública e a importância de uma visão sistêmica e coordenada dessas fases e do processo de contratação
 - Documento de formalização da demanda
 - Estudo técnico preliminar
 - Gerenciamento de riscos
 - Termo de referência
- ▶ A importância da cultura de gestão de riscos no planejamento e sua exigência na Lei nº 13.303/2016 e na Lei nº 14.133/2021

Programa completo



Aulas 2 e 3

Dias 03 e 04 de setembro, das 14h às 18h

Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) – NOS REGIMES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E DAS ESTATAIS, COM DESTAQUE PARA AS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Enfoque aplicado: no decorrer das aulas, serão analisados modelos de ETP, apresentadas boas práticas e resolvidos casos concretos

- ▶ O ETP e sua importância
 - O que é o ETP e qual sua importância?
 - Quais as perguntas fundamentais a que o ETP deve responder?
 - ETP digital
 - O ETP deve ser publicado no PNPC?
 - Qual departamento/agente é responsável pela elaboração do ETP?
- ▶ O conteúdo do ETP de acordo com a IN nº 58/2022 – Como construir, o que deve ser pesquisado, quais as informações e a instrução para a elaboração do ETP com segurança
 - Identificação e justificativa da necessidade
 - Requisitos técnicos da contratação
 - O que pode ou não ser exigido?
 - Participação fundamental da área técnica/requisitante
 - Levantamento das soluções disponíveis no mercado
 - Práticas de sustentabilidade e o ciclo de vida – O que precisa ser ponderado?
 - Descrição da solução como um todo
 - Quantificação do objeto – Agrupamento do objeto em itens ou lotes – Quando reunir e quando dividir?
 - Alinhamento com o Plano de Contratações Anual
 - Viabilidade da contratação
 - Justificativa da escolha entre compra e locação
 - Elementos mínimos obrigatórios e elementos dispensáveis do ETP

Programa completo

- Objetos/situações que dispensam a elaboração de ETP
- Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado
 - Pesquisa e estimativa para o ETP e para o TR – Diferenças e as orientações a serem seguidas
- ▶ Especificidades do ETP para terceirização
 - Atividades que podem e que não podem ser terceirizadas – Tratativa do Decreto nº 9.507/2017, da IN nº 05/2017 e da Lei nº 14.133/2021
 - Serviços com e sem dedicação exclusiva de mão de obra
 - Unidades de medida, quantificação dos serviços contínuos e reunião de serviços distintos em uma mesma licitação ou em um mesmo lote
- ▶ Especificidades do ETP para aquisição de bens
 - Aquisição de bens de consumo e de luxo – Disciplina do Decreto nº 10.818/2021
 - Como garantir a qualidade?
 - Prova de qualidade do produto – Cumprimento de normas técnicas, certificação, protótipo, amostra, carta de solidariedade, indicação e vedação de marca – Novidades da Lei nº 14.133/2021

INVESTIMENTO

R\$ 2.320,00 / PARTICIPANTE*

- ★ **Lei Digital – Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública**
- ★ **Apostila digital específica do curso**
- ★ **Certificado**

* O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do participante, que são individuais e intransferíveis.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258